



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6402/2015

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.00.000.001439/2015-99

ORIGEM: PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PROCURADORA REGIONAL SUSCITANTE: ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ

PROCURADORA SUSCITADA: FABIANA RODRIGUES DE SOUSA BORTZ

RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. APELAÇÕES DIRIGIDAS AO TRF 3ª. OFERECIMENTO DE CONTRARRAZÕES E PARECER NUMA ÚNICA PEÇA PELO MESMO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES E PARECER, POR MEMBROS DISTINTOS.

1. Conflito negativo de atribuições instaurado entre membros da Procuradoria Regional da República da 3ª região, ora suscitante, e da PRM-São Bernardo do Campo/SP, ora suscitada, nos autos de apelação criminal.
2. Proferidas sentenças condenatórias julgando procedentes as denúncias, foram interpostos recursos de apelação perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região pelos réus. Vista dos autos ao membro do MPF de segundo grau, que pugnou pela baixa dos autos para apresentação de contrarrazões de apelação pelo membro do *Parquet* Federal oficiante no primeiro grau de jurisdição.
3. A Procuradora da República com atuação no primeiro grau de jurisdição, deixou de apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação por entender que tal atribuição pertence a membro do MPF oficiante perante do TRF 3ª Região, nos termos do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal, c/c o art. 68 da LC 75/93, vez que, com a prolação da sentença e a apresentação das razões recursais no Tribunal ad quem, resta exaurida a jurisdição do Juízo de primeiro grau e, conseqüentemente, a atribuição do membro do *Parquet* Federal para officiar no feito, haja vista que não possui capacidade postulatória perante o TRF.
4. Diante da unidade e indivisibilidade do MPF é possível a divergência entre os diversos membros que atuam no processo, sendo que a oferta de contrarrazões pelo mesmo profissional que atua como *custus legis* retiraria da defesa o direito de obter uma visão diferente do caso.
5. Quem contra-arrazoa um recurso tem por objetivo a manutenção da decisão impugnada, ao passo que quem oferece parecer tem como único objetivo a defesa da lei, inclusive com a possibilidade de contrariar seu par, já que, na função de *custus legis*, o membro exerce função de controle da ordem jurídica, defendendo o que reputa por correto, de acordo com a lei, ao caso concreto.
6. Nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual.
7. Pelo conhecimento do presente conflito negativo e, no mérito, por sua procedência para reconhecer a atribuição da Procuradoria da

Regional da República da 3ª Região para a oferta das contrarrazões e do parecer, por membros distintos.

Trata-se de Conflito de Atribuições entre membros do Ministério Público Federal, submetido à 2ª CCR pela Procuradora Regional da República Zélia Luiza Pierdoná, às fls. 01 e 02, nos seguintes termos:

“Com efeito, nos aludidos autos judiciais, após a prolação de sentença, foi interposto recurso de apelação, por parte da defesa, que requereu a juntada das respectivas razões, nos termos do artigo 600, §4º do Código de Processo Penal.

Oferecidas as referidas razões recursais, foi aberta vista a esta Procuradoria Regional, que se manifestou pela intimação do órgão ministerial oficiante em primeiro grau de jurisdição para oferecimento das necessárias contrarrazões recursais.

Registre-se o fato de que, na mencionada manifestação, esta procuradoria regional transcreveu ementa de jugado do Superior Tribunal de Justiça no qual foi reconhecida a ocorrência de nulidade, em face da apresentação de contrarrazões por parte de membro do Ministério Público Federal oficiante em segundo grau de jurisdição.

Entretanto, os autos processuais referido retornaram a esta Procuradoria Regional sem as contrarrazões recursais, tendo sido apenas juntada manifestação do órgão ministerial atuante em primeira instância, externando o entendimento de que, quando aplicado o artigo 600, § 4º do Código de Processo Penal, é a Procuradoria Regional que deve elaborar as contrarrazões ao recurso de apelação.

Ressalte-se que o Juízo de primeiro grau registrou, nos autos, a ausência de consenso entre os órgãos do Ministério Público quanto à apresentação das contrarrazões.

Anote-se, ainda, que, visando a não procrastinação dos feitos, esta procuradoria regional ofereceu parecer em ambos os processos.

Considerando o acima exposto, e registrando o entendimento no sentido de que não se trata, no caso, de natural expressão da autonomia e independência funcionais inerentes ao membro do Ministério Público, mas sim de questão afeta às atribuições dos órgãos ministeriais, submete-se o conflito a esta Egrégia Segunda Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para que seja prolatada decisão acerca de qual membro ministerial detém atribuição para o oferecimento das contrarrazões em apelação, quando da aplicação do artigo 600, §4º do Código de Processo Penal.”

Consta dos autos que o membro do *Parquet* Federal com ofício na Subseção Judiciária de Santo André-SP ofereceu denúncia em face de **LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, MARIA NAZARETH MARTINS PINTO e CLEICY MEIRELES DE OLIVEIRA** como incursos no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90, em concurso material com o parágrafo único c/c inc. V, ambos na forma dos artigos 29 e 71 do Código Penal - Processo nº 000388-52.2008.403.6126 (200861260003888) - (fls. 04/08), e **em face de LUIZ CARLOS ROMEIRO**, como incurso, por 4 vezes, nas penas do art. 1º, I, da Lei nº 8.137/60, c/c o art. 71 do Código Penal – Processo nº 0005744-

67.2002.403.6181 (200261810057448) – (fls. 53/55), que foram recebidas às fls. 13 e 56, respectivamente.

Proferidas sentenças condenatórias (fls. 14/23 e 58/54), julgando procedentes as denúncias.

Recursos de apelação interpostos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região pelos réus (fls. 25 e 38).

Vista dos autos ao membro do Ministério Público Federal de segundo grau, que pugnou pela baixa dos autos para apresentação de contrarrazões de apelação pelo membro do *Parquet* Federal oficiante no primeiro grau de jurisdição (fls. 27 e 98/101).

A Procuradora da República Fabiana Rodrigues de Sousa Bortz, com atuação no primeiro grau de jurisdição, deixou de apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação por entender que tal atribuição pertence a membro do Ministério Público oficiante perante do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos do art. 600, § 4º, do Código de Processo Penal, c/c o art. 68 da LC 75/93, vez que, com a prolação da sentença e a apresentação das razões recursais no Tribunal *ad quem*, resta exaurida a jurisdição do Juízo de primeiro grau e, conseqüentemente, a atribuição do membro do *Parquet* Federal para officiar no feito, haja vista que não possui capacidade postulatória perante o TRF, e, assim, somente um Procurador Regional da República poderá contra-arrazoar o recurso apresentado (fls. 31/32 e 106/107). Sugeriu, ainda, que caso entendesse de forma diversa, a Procuradora Regional da República suscitasse conflito negativo de atribuição (fls. 40 e 115).

O feito foi remetido a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, inc. VII, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Cuida-se de conflito negativo de atribuições suscitado em razão da divergência acerca do local onde devem se apresentadas as contrarrazões, o que se insere nas atribuição desta 2ª CCR, conforme dispõe o art. 62, inc. VII, da LC nº 75/93.

No mérito, é preciso analisar a viabilidade de um membro do Ministério Público Federal apresentar na mesma peça processual as contrarrazões e parecer, atuando, assim, como parte e *custus legis*.

É preciso destacar que mesmo diante da unidade e indivisibilidade do Ministério Público Federal é possível a divergência entre os diversos membros que atuam no processo, sendo que a oferta de contrarrazões pelo mesmo profissional que atua como *custus legis* retiraria da defesa o direito de obter uma visão diferente do caso.

Quem contra-arrazoa um recurso tem por objetivo a manutenção da decisão impugnada, ao passo que quem oferece parecer tem como único objetivo a defesa da lei, inclusive com a possibilidade de contrariar seu par, já que, na função de *custus legis*, o membro exerce função de controle da ordem jurídica, defendendo o que reputa por correto, de acordo com a lei, ao caso concreto.

Por isso, muitas vezes o réu tem a seu favor um parecer emitido pelo órgão ministerial, em sentido oposto ao firmado pelo membro do Ministério Público atuante como parte. A atuação conjunta retira do acusado a garantia de ter uma análise isenta do *Parquet* no segundo grau de jurisdição, que deve ser marcada pela imparcialidade.

Justamente em razão dessa duplicidade de atribuições o Egrégio Superior Tribunal de Justiça manifestou-se contrário à prática de apresentação conjunta de contrarrazões e parecer ministerial na mesma peça.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35, COMBINADOS COM O ARTIGO 40, INCISO I, DO CÓDIGO PENAL). APELAÇÕES DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA. OFERECIMENTO DE CONTRARRAZÕES E PARECER NUMA ÚNICA PEÇA PELO MESMO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. NULIDADE. OFENSA AO DISPOSTO NO ARTIGO 258, COMBINADO COM O ARTIGO 252, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. CONCESSÃO DA ORDEM.

1. Constatando-se que um único membro do Ministério Público, numa mesma peça processual, apresentou contrarrazões ao recurso de apelação e ofertou parecer sobre o caso, configura-se a ofensa ao disposto nos artigos 127 da Constituição Federal e 257 do Código de Processo Penal.

2. Em razão da diversidade de funções exercidas pelos representantes do Ministério Público, afigura-se inviável, por parte de qualquer agente público ou político, o exercício de uma fiscalização isenta após este mesmo agente ter atuado na defesa de interesse controvertido no seio de uma relação processual instituída em juízo.

3. Embora seja certo que a atuação do órgão Ministério Público no segundo grau de jurisdição não tenha nenhuma carga vinculativa para o julgamento da insurgência, já que exprime o que a instituição reputa por correto no caso

concreto, trata-se de verdadeira instância de controle, essencial para a manutenção ou reparação da ordem jurídica, cuja defesa lhe é inerente.

4. A função fiscalizatória exercida pelo *parquet* também deve ser marcada pela imparcialidade, sob pena de se inviabilizar o alcance das suas incumbências constitucionais (artigo 127, caput, da Constituição Federal).

5. Ordem concedida para anular o julgamento da apelação, determinando-se a remessa dos autos ao Ministério Público Federal de primeira instância para que ofereça contrarrazões ao recurso, devendo o órgão ministerial em segundo grau, oportunamente, emitir parecer sobre o caso.

(HC 242.352/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 23/04/2014)

Pelo que se depreende dos autos, o acusado se reservou no direito de arrazoar o recurso de apelação perante o TRF-3ª Região, sendo competente, portanto o Procurador Regional da República apresentar as devidas contrarrazões.

Nesse sentido Lei Complementar 75/93:

Art. 68. Os Procuradores da República serão designados para officiar junto ao Tribunais Regional Federais.

Vale dizer, nada impede que um membro da PRR-3ª Região exerça a função de parte oferecendo as contrarrazões ao recurso e, por distribuição, outro membro exerça a função de *custus legis* ofertando o devido parecer, em nome da celeridade processual.

Ante o exposto, voto pelo conhecimento do presente conflito negativo de atribuição e, no mérito, por sua procedência para reconhecer a atribuição da Procuradoria da Regional da República da 3ª Região para a oferta das contrarrazões e do parecer, por membros distintos.

Encaminhem-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, para adoção das providências cabíveis, cientificando-se o Procurador da República suscitante e suscitado, com as nossas homenagens.

Brasília/DF, 21 de setembro de 2015.

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República
Titular - 2ª CCR/MPF

/M